

**HABEAS CORPUS Nº 548.947 - SP (2019/0358436-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : VANESSA NUNES MACIEL E OUTRO  
**ADVOGADOS** : EVANDRO APARECIDO PAIAO DE SOUZA - SP322765  
VANESSA NUNES MACIEL - SP371160  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MARCELO CONSONI DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MARCELO CONSONI DA SILVA, sob o argumento de que o Paciente encontrar-se-ia sofrendo constrangimento ilegal decorrente da decisão indeferitória de liminar proferida pelo Relator do HC nº 2258473-97.2019.8.26.0000, integrante da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, assim como do recebimento da denúncia pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP, na Ação Penal n. 0006253-04.2016.8.26.0047, na qual é acusado de cometimento do crime previsto no art. 35 da Lei 11.343/2006.

Esclarece o Paciente ter sido preso em flagrante, em **12/11/2014**, por volta de 5h40min, na Rodovia MS 295, em Eldorado/MS, transportando 184 (cento e oitenta e quatro) tabletes da substância entorpecente popularmente conhecida como “maconha”, que totalizaram 95,375 kg (noventa e cinco quilogramas e trezentos e setenta e cinco gramas), desempenhando papel comumente conhecido como “mula”, e condenado, na ação penal n. 0006253-04.2016.8.26.0047, que tramitou na 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 8 (oito) anos e 2 (dois) meses de reclusão, além de 816 (oitocentos e dezesseis) dias multa. No entanto, o Paciente foi absolvido, na ocasião, do crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006

Alega que a denúncia que deu ensejo à ação penal em trâmite na 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP refere-se ao mesmo fato descrito na denúncia na ação penal n. 0001345-04.2014.8.12.0033, julgada na Vara única da

Comarca de Eldorado/MS, e que resultou em sua condenação a pena que vem sendo cumprida, no processo de execução de n. 0000477-89.2015.8.12.0033, no qual o Paciente já obteve, inclusive, progressão para o regime semiaberto. Sustenta, assim, que uma nova denúncia fundada no mesmo fato, em ofende a princípio que veda a dupla valoração negativa do mesmo fato (*bis in idem*).

Pede o afastamento do óbice previsto no enunciado n. 691 da Súmula do STF, em virtude da teratologia da decisão judicial aqui impugnada.

Requer, “liminarmente, a concessão da ordem Liminar, para trancar a Ação Penal 0006253-04.2016.8.26.0047, que tramita na 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP, em face ao paciente MARCELO CONSONI DA SILVA” (e-STJ fl. 21).

É o relatório. Passo a decidir.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual *não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.*

*2- Súmula n. 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.*

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida

(HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1/10/2007).

Assim, salvo excepcionalíssima hipótese de ilegalidade manifesta, não é de se admitir casos como o dos autos. Não sendo possível a verificação, de plano, de qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve-se aguardar a manifestação de mérito do Tribunal de origem, sob pena de se incorrer em supressão de instância e em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

No caso, o que se vê é que a liminar pleiteada pelo Paciente no *Habeas Corpus* n. 2258473-97.2019.8.26.0000 foi indeferida, em síntese, ao fundamento de não existir, nos autos, informação sobre se a matéria chegou a ser previamente alegada e decidida no primeiro grau de jurisdição, sem o que a manifestação do Tribunal de Justiça sobre a questão, ainda mais num momento de cognição sumária, poderia implicar em indevida supressão de instância.

Com efeito, pelo que se vê do andamento processual da ação penal n. 0006253-04.2016.8.26.0047, existe apenas a referência, em decisão do Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis/SP, datada de 9/8/2019, de que o patrono do Paciente apresentou defesa preliminar, assim como o fizeram outros 32 réus na mesma ação penal. Contudo, naquela ocasião, somente foram refutadas as preliminares de inépcia da denúncia, ausência de justa causa para a ação penal e incompetência do Juízo, não havendo nenhuma evidência ou alegação de que a questão já tenha sido posta à apreciação da primeira instância. No mais, há notícia de que foi designada audiência de interrogatório do Paciente para o dia 21/11/2019, às 14:45.

Vê-se, assim, que não existe teratologia na decisão do Relator do *Habeas Corpus* n. 2258473-97.2019.8.26.0000 que indeferiu a liminar ali pleiteada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido formulado no presente *habeas corpus*.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Ministro